



**RELATÓRIO DETALHADO DO QUADRIMESTRE ANTERIOR
ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO
2º QUADRIMESTRE DE 2021**

Janeiro a agosto

Em cumprimento à Lei Federal 141/12, § 5º Artigo 36 e atendendo Resolução CNS 459, de 10/10/2012, sites:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp141.htm

<https://digisusgmp.saude.gov.br/storage/conteudo/jljoriPgg54Pi7umoX4gdnoat4pVPeTgW1vSnE7F.pdf>

Em atendimento aos Incisos I, II e III do Art. 36 da LC 141/2012:

*- Inciso I - montante e fonte dos recursos aplicados no período:
páginas 4 a 19 deste Relatório;*

*- Inciso II - auditorias realizadas ou em fase de execução no período e suas recomendações e determinações:
páginas 23 a 33 deste Relatório;*

*- Inciso III - oferta e produção de serviços públicos na rede assistencial própria, contratada e conveniada, cotejando esses dados com os indicadores de saúde da população em seu âmbito de atuação:
páginas 20 a 22 deste Relatório, contendo relação dos prestadores de serviços e respectivos recursos financeiros.*

Demonstrativos de Receitas e Despesas alterados para 2020, conforme MDF 10ª edição,
PORTARIA STN Nº 286, DE 7 DE MAIO DE 2019, sites:

<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/930823/MDF+10+%C2%AA%20edi%C3%A7%C3%A3o+-+Vers%C3%A3o+3+-+26.02.2020/16e2c4db-b3b0-4c85-a9ea-ca864f411b84>

<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/777476/Portaria+STN+n%C2%BA%20286%2C%20de+07+de+maio+d+e+2019/c666e4db-f66b-459f-81f2-183042dbe13a>



Secretaria Municipal da Saúde



Edson Aparecido dos Santos
Secretário Municipal de Saúde

Luiz Carlos Zamarco
Secretário-adjunto

Armando Luís Palmieri
Chefe de Gabinete

Assessoria Parlamentar e Gestão Participativa
Ivan Cáceres

Equipe Técnica
Andreia Maria de Jesus
Fábio Nascimento
Rosemeire Saraiva de Alencar

Apoio
Alda Pereira de Souza Silva
Barbara Eustachio Martins Alves
Fabio Henrique Salles
Domingo Dário Silva de Sá

Secretaria-Executiva de Regulação, Monitoramento, Avaliação e Parcerias
Benedicto Accacio Borges Neto

Secretaria-Executiva de Gestão Administrativa
Edson Tomaz de Lima Filho

Coordenadoria de Finanças e Orçamento - CFO
Cindy de Farias Lacerda Ribeiro

Equipe Técnica
Ariovaldo Scola
Gilberto de Brito Ferreira
José Cláudio Domingos
Pamela Elisa Cano Gualiato
Renato Félix de Oliveira
Sandra Francisca da Silva



Sumário	Página
RECEITAS, DESPESAS E ANÁLISE – LEI COMPLEMENTAR 141/12	4
Receita – LC 141/2012	5
Despesa – LC 141/2012	6
Análise da Aplicação	7
Cálculo da Aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS)	8
DESPESAS – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	9
Despesas por Órgão	10
Despesas por Fonte	11
Despesas por Função Saúde	12
Despesas por Subfunção Saúde	13
RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE	14
Receita – Transferências Voluntárias	15-17
PRINCIPAIS GRUPOS DE DESPESAS	18
Detalhamento das Despesas	19
Contrato de Gestão e Convênios (Organizações Sociais)	20
Prestadores SUS	21-22
AUDITORIA	23
Auditorias Realizadas	24-33
GLOSSÁRIO	34-41



RELATÓRIO DETALHADO DO QUADRIMESTRE ANTERIOR

APLICAÇÃO LC 141/2012

Demonstrativo de Receitas, Despesas e Análise

2º QUADRIMESTRE DE 2021

Janeiro a agosto

Secretaria Municipal da Saúde

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS

A receita do Município para apuração da aplicação em ações e serviços públicos de saúde (ASPS) até o 2º Quadrimestre de 2021 foi de R\$ 37.086.197.006 (trinta e sete bilhões, oitenta e seis milhões, cento e noventa e sete mil, seis reais), representando 79,79% da previsão da receita para 2021 (arrecadação de impostos líquidos e receitas de transferências constitucionais e legais).

Outras receitas adicionais, no valor de R\$ 2.250.557.668 (dois bilhões, duzentos e cinquenta milhões, quinhentos e cinquenta e sete mil, seiscentos e sessenta e oito reais), complementam o total para financiamento da saúde, conforme demonstrado no quadro abaixo.

RECEITA					
Tabela I - LEI COMPLEMENTAR 141/12 - DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS (RECEITA) - VALORES EM REAIS R\$					
RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas até o 2º Quadrimestre de 2021 (b)	% (b/a)	Receitas Realizadas até o 2º Quadrimestre de 2020
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	35.479.978.217	35.479.978.217	28.186.854.748	79,44%	23.345.900.924
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	10.832.772.495	10.832.772.495	8.838.334.406	81,59%	8.146.560.300
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	782.148.194	782.148.194	876.826.804	112,10%	558.376.788
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	2.327.763.716	2.327.763.716	2.257.571.691	96,98%	1.380.647.538
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	41.874.605	41.874.605	38.409.947	91,73%	20.330.559
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	17.868.895.681	17.868.895.681	13.901.948.069	77,80%	11.010.163.486
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	450.776.746	450.776.746	450.334.245	99,90%	458.273.208
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF	3.175.746.780	3.175.746.780	1.823.429.587	57,42%	1.771.549.046
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	11.001.888.331	11.001.888.331	8.899.342.258	80,89%	7.087.122.432
Cota-Parte FPM	309.011.224	309.011.224	259.378.081	83,94%	192.967.486
Cota-Parte ITR	2.912.064	2.912.064	3.411.587	117,15%	1.498.827
Cota-Parte IPVA	2.673.781.418	2.673.781.418	2.582.662.567	96,59%	2.328.125.515
Deduções Cota-Parte IPVA					-400.076
Cota-Parte ICMS	7.960.754.195	7.960.754.195	6.008.305.928	75,47%	4.533.856.658
Cota-Parte IPI-Exportação	55.429.430	55.429.430	45.584.095	82,24%	31.074.022,33
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais, desoneração ICMS (LC 87/96)				-	-
Outras					-
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	46.481.866.548	46.481.866.548	37.086.197.006	79,79%	30.433.023.356
RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas até o 2º Quadrimestre de 2021 (b)	% (b/a)	Receitas Realizadas até o 2º Quadrimestre de 2020
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE	3.235.407.008	3.235.407.008	2.238.844.362	69,20%	3.191.122.552
Proveniente da União - Fundo a Fundo	2.771.313.971	2.771.313.971	1.979.676.461	71,43%	3.049.952.080
Provenientes dos Estados	240.981.833	240.981.833	259.167.901	107,55%	141.170.472
Outras Receitas					
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS					
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	223.111.204	223.111.204	1.000.270	0,45%	
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	2.283.124	2.283.124	10.713.036	469,23%	628.077
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	3.237.690.132	3.237.690.132	2.250.557.668	69,51%	3.244.664.304

FONTE: CFO e Sistema Orçamentário Financeiro (SOF) - Secretaria Municipal da Saúde, em setembro de 2021

Secretaria Municipal da Fazenda - RREO ANEXO 12 (LC141/2012, art 35), em setembro de 2021

Secretaria Municipal da Saúde

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS

Empenhadas: somam R\$ 11.622.759.656 (onze bilhões, seiscentos e vinte e dois milhões, setecentos e cinquenta e nove mil, seiscentos e cinquenta e seis reais) representando 80,25% da Dotação Orçamentária para 2021, sendo R\$ 8.749.019.102 (oito bilhões, setecentos e quarenta e nove milhões, dezenove mil, cento e dois reais) em despesas com ações e serviços públicos de saúde, e R\$ 2.873.740.554 (dois bilhões, oitocentos e setenta e três milhões, setecentos e quarenta mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais) em despesas não computadas para fins de apuração do percentual mínimo;

Liquidadas: somam R\$ 9.979.568.416 (nove bilhões, novecentos e setenta e nove milhões, quinhentos e sessenta e oito mil, quatrocentos e dezesseis reais) representando 68,91% da Dotação Orçamentária para 2021, sendo R\$ 7.780.676.750 (sete bilhões, setecentos e oitenta milhões, seiscentos e setenta e seis mil, setecentos e cinquenta reais) em despesas com ações e serviços públicos de saúde, e R\$ 2.198.891.666 (dois bilhões, cento e noventa e oito milhões, oitocentos e noventa e um mil, seiscentos e sessenta reais) em despesas não computadas para fins de apuração do percentual mínimo.

DESPESA										
Tabela II - LEI COMPLEMENTAR 141/12 - DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS (DESPESAS) - VALORES EM REAIS R\$										
Válido a partir do exercício financeiro de 2020 (Portaria STN nº 286 de 07 de maio de 2019)										
DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE (computadas e não computadas no cálculo do limite mínimo)	Até o 2º Quadrimestre de 2021								Até o 2º Quadrimestre de 2020	
	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (c)	Empenhadas (d)	Percentual (d/c)	Liquidadas (e)	Percentual (e/c)	Pagas (f)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados	Empenhadas	Liquidadas
ATENÇÃO BÁSICA	4.827.622.098	5.243.841.993	4.475.952.086	85,36%	4.152.724.481	79,19%	4.141.685.789	323.227.605	3.477.911.068	3.240.383.743
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	4.554.481.606	5.747.236.524	4.712.719.995	82,00%	3.885.118.752	67,60%	3.830.094.918	827.601.244	4.019.715.969	3.147.475.167
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	384.516.011	401.054.798	357.783.207	89,21%	241.134.229	60,13%	232.866.290	116.648.978	256.792.141	175.256.408
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	134.714.265	139.578.065	103.498.582	74,15%	59.552.003	42,67%	56.511.384	43.946.579	87.080.504	50.450.873
OUTRAS SUBFUNÇÕES	2.960.931.517	2.951.150.243	1.972.805.785	66,85%	1.641.038.951	55,61%	1.635.892.065	331.766.834	2.319.363.846	1.713.141.727
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE	12.862.265.497	14.482.861.623	11.622.759.656	80,25%	9.979.568.416	68,91%	9.897.050.446	1.643.191.240	10.160.863.528	8.326.707.918
DESPESAS COM SAÚDE (não computadas no cálculo do limite mínimo)	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (c)	Empenhadas (d)	Percentual (d/c)	Liquidadas (e)	Percentual (e/c)	Pagas (f)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados	Empenhadas	Liquidadas
ATENÇÃO BÁSICA	837.163.637	928.103.334	693.584.440	74,73%	587.668.646	63,32%	581.574.441	105.915.794	921.256.790	830.982.507
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	1.898.319.778	2.217.071.444	1.764.785.957	79,60%	1.296.814.293	58,49%	1.272.554.525	467.971.663	1.990.038.001	1.484.309.305
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	72.166.011	119.484.473	100.837.268	84,39%	79.016.126	66,13%	77.704.236	21.821.143	51.140.986	32.775.756
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	101.603.059	106.136.859	90.127.516	84,92%	52.055.001	49,05%	49.927.961	38.072.516	72.713.190	40.811.959
OUTRAS SUBFUNÇÕES	328.302.505	333.262.464	224.405.373	67,34%	183.337.600	55,01%	182.139.720	41.067.773	346.420.843	228.484.373
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	3.237.554.990	3.704.058.575	2.873.740.554	77,58%	2.198.891.666	59,36%	2.163.900.883	674.848.888	3.381.569.810	2.617.363.901
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	9.624.710.507	10.778.803.049	8.749.019.102	81,17%	7.780.676.750	72,18%	7.733.149.563	968.342.352	6.779.293.718	5.709.344.018
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E RANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS MÍNIMO CONSTITUCIONAL = 15%			23,59%		20,98%				22,28%	18,76%

FONTE: CFO e Sistema Orçamentário Financeiro (SOF) - Secretaria Municipal de Saúde, em setembro de 2021
Secretaria Municipal da Fazenda - RREO ANEXO 12 (LC141/2012, art 35), em setembro de 2021

ANÁLISE DA APLICAÇÃO EM AÇÕES DE SAÚDE

Temos no quadro abaixo, o comparativo das despesas e receitas do município em ações e serviços públicos em saúde, referente ao acumulado até o 2º quadrimestre de 2021 e mesmo período de 2020. As despesas empenhadas para 2021 e 2020, representam respectivamente 23,59% e 22,28% e as liquidadas 20,98% e 18,76%.

RECEITAS			Receitas no 2º Quadrimestre de 2021		Receitas no 2º Quadrimestre de 2020	
Receitas para Apuração da Aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS)	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas (b)	sobre atualizada (%) (b/a)	Realizadas	
Receitas de Impostos Líquidas (I)	35.479.978.217	35.479.978.217	28.186.854.748	79,44%	23.345.900.924	
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais (II)	11.001.888.331	11.001.888.331	8.899.342.258	80,89%	7.087.122.432	
Total das Receitas para apuração da Aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde (III) = I + II	46.481.866.548	46.481.866.548	37.086.197.006	79,79%	30.433.023.356	

DESPESAS			Despesas no 2º Quadrimestre de 2021				Despesas no 2º Quadrimestre de 2020	
Despesas com Saúde	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (c)	Empenhadas (d)	Liquidadas (e)	sobre atualizada (%)		Empenhadas	Liquidadas
					(d/c)	(e/c)		
Despesas Correntes	12.456.897.688	14.010.181.016	11.370.341.621	9.847.044.511	81,16%	70,28%	9.910.670.166	8.119.565.776
Despesas de Capital	405.367.809	472.680.607	252.418.035	132.523.905	53,40%	28,04%	250.193.362	207.142.143
Total das Despesas com Saúde (IV)	12.862.265.497	14.482.861.623	11.622.759.656	9.979.568.416	80,25%	68,91%	10.160.863.528	8.326.707.918
Total das Despesas com Saúde não Computadas para Apuração do Percentual Mínimo (V)	3.237.554.990	3.704.058.575	2.873.740.554	2.198.891.666	24,73%	22,03%	3.381.569.810	2.617.363.901
Total das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (VI) = (IV - V)	9.624.710.507	10.778.803.049	8.749.019.102	7.780.676.750	Valor referente à diferença entre o valor executado e o Limite Mínimo Constitucional de 15% R\$ 2.217.747.199		6.779.293.718	5.709.344.017
Percentual de Aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS) sobre Total das Receitas Realizadas *			23,59%	20,98%			22,28%	18,76%

FONTE: CFO e Sistema Orçamentário Financeiro (SOF) - Secretaria Municipal de Saúde, em setembro de 2021

Secretaria Municipal da Fazenda - RREO ANEXO 12 (LC141/2012, art 35), em setembro de 2021

Cálculo do Percentual de Aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS)

O cálculo do Percentual ASPS é obtido pelas fórmulas a seguir, sendo exigido o percentual com despesa liquidada para o 1º e 2º Quadrimestre e despesa empenhada para o 3º Quadrimestre:

	despesa empenhada	8.749.019.102		
Percentual de aplicação mínimo em ASPS - LC 141/12	=	-----	=	----- = 23,59%
	receita realizadade	37.086.197.006		

	despesa liquidada	7.780.676.750		
Percentual de aplicação mínimo em ASPS - LC 141/12	=	-----	=	----- = 20,98%
	receita realizadade	37.086.197.006		

FONTE: CFO e Sistema Orçamentário Financeiro (SOF) - Secretaria Municipal de Saúde, em setembro de 2021
Secretaria Municipal da Fazenda - RREO ANEXO 12 (LC141/2012, art 35), em setembro de 2021



RELATÓRIO DETALHADO DO QUADRIMESTRE ANTERIOR

APLICAÇÃO LC 141/2012

Demonstrativo das Despesas:
por Órgão, Fonte, Função e Subfunção

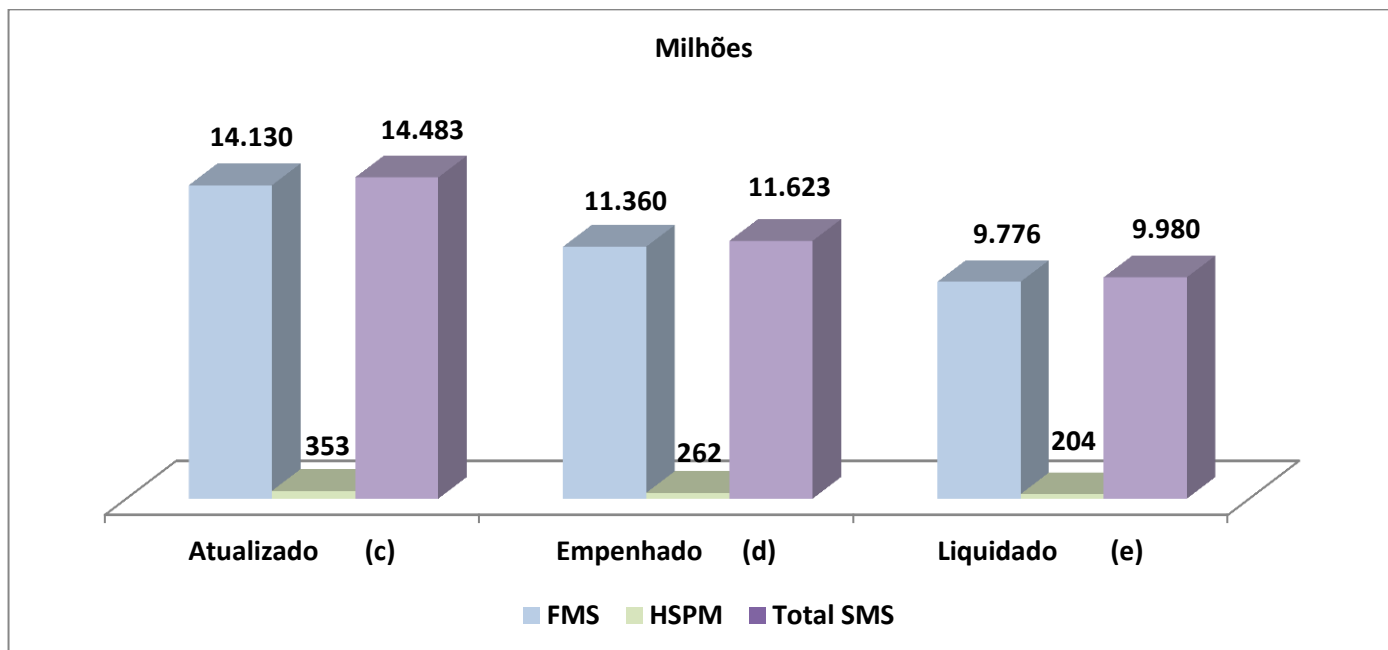
2º QUADRIMESTRE DE 2021

Janeiro a agosto

Execução Orçamentária - 2º Quadrimestre 2021

Despesas por Órgão, valores em R\$

Órgão	Inicial	Atualizado (c)	Empenhado (d)	Liquidado (e)	Pago (f)	(d/c)	Congelado
FMS	12.522.469.148	14.129.913.150	11.360.435.488	9.775.661.269	9.698.935.930	80,40%	80.889.077
HSPM	339.796.349	352.948.473	262.324.168	203.907.147	198.114.516	74,32%	1.005.000
Total SMS	12.862.265.497	14.482.861.623	11.622.759.656	9.979.568.416	9.897.050.446	80,25%	81.894.077

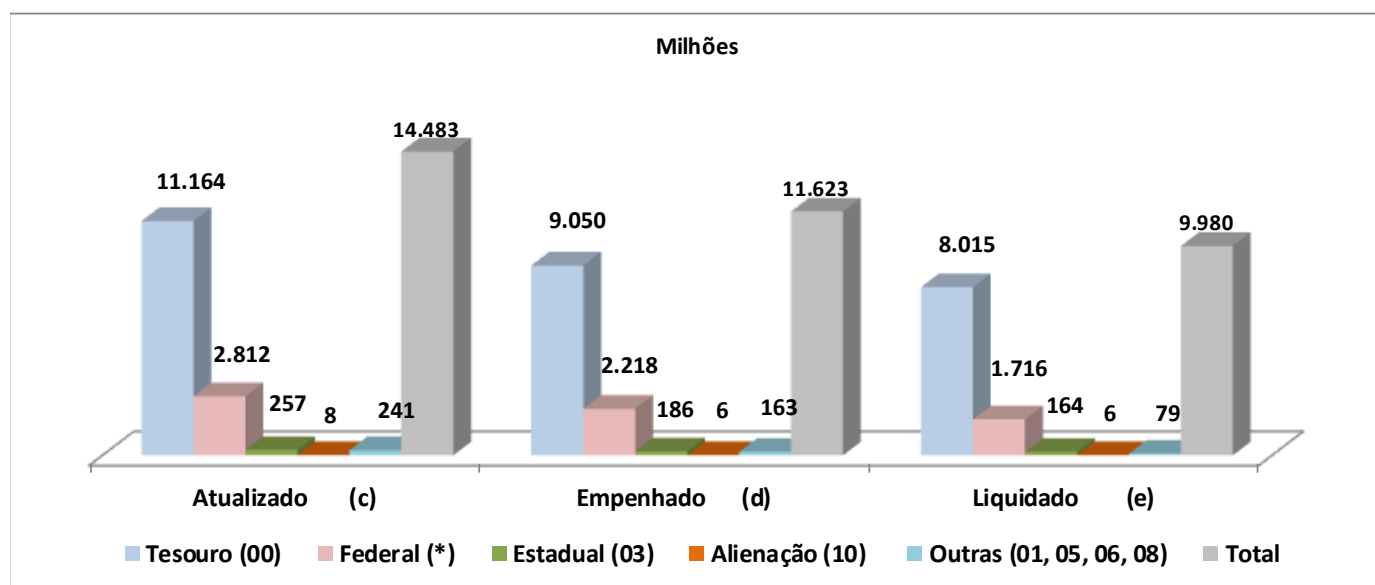


FONTE: CFO e Sistema Orçamentário Financeiro (SOF) - Secretaria Municipal de Saúde, em setembro de 2021

Secretaria Municipal da Fazenda - RREO ANEXO 12 (LC141/2012, art 35), em setembro de 2021

Secretaria Municipal da Saúde

Despesas por Fonte, valores em R\$							
Fonte	Inicial	Atualizado (c)	Empenhado (d)	Liquidado (e)	Pago (f)	d/total d	Congelado
Tesouro (00)	9.996.658.878	11.164.223.544	9.049.607.918	8.015.462.033	7.960.787.387	77,86%	24.718.000
Federal (*)	2.586.967.007	2.812.249.786	2.218.413.806	1.716.061.221	1.695.656.607	19,09%	57.176.077
Estadual (03)	39.109.800	257.486.171	185.815.388	163.865.170	158.741.567	1,60%	0
Alienação (10)	2.010.000	7.766.892	5.571.910	5.571.910	5.571.910	0,05%	0
Outras (01, 05, 06, 08)	237.519.812	241.135.230	163.350.633	78.608.082	76.292.975	1,41%	0
Total	12.862.265.497	14.482.861.623	11.622.759.656	9.979.568.416	9.897.050.446	100,00%	81.894.077



(*) despesas federais empenhadas referentes às seguintes fontes e valores:

- fonte 02 =	-	Transferências Federais	2.010.082.872
- fonte 21 =	COVID	Transf. Fed.: Custeio COVID Fundo a Fundo - Serv. Púb. de Saúde	204.661.862
- fonte 22 =	COVID	Transf. Fed.: Invest. COVID Fundo a Fundo - Serv. Púb. de Saúde	3.669.073
			2.218.413.806

FONTE: CFO e Sistema Orçamentário Financeiro (SOF) - Secretaria Municipal de Saúde, em setembro de 2021

Secretaria Municipal da Fazenda - RREO ANEXO 12 (LC141/2012, art 35), em setembro de 2021

Secretaria Municipal da Saúde

Execução Orçamentária - Função Saúde - em R\$								
2º Quadrimestre 2021								
Unidade Orçamentária (código e descrição)		Inicial	Atualizado (c)	Empenhado (d)	Liquidado (d)	Pago (f)	(d/c)	Congelado
84.10	Fundo Municipal da Saúde - Gabinete	12.127.518,744	13.734.932,746	11.034.866,879	9.594.857,462	9.522.795,291	80,34%	80.887,077
84.21	Hospital Cachoeirinha	35.040.571,00	35.070.571,00	31.974.252,23	17.854.533,31	17.336.107,09	91,17%	-
84.22	Coord. de Vigilância em Saúde	35.743,456	35.743,456	22.366,406	12.369,136	11.393,612	62,57%	-
84.23	Coord. Regional de Saúde Norte	54.122.354,00	54.122.354,00	50.834.783,07	23.647.639,71	22.738.350,45	93,93%	-
84.24	Coord. Regional de Saúde Sul	90.291.121,00	90.291.121,00	82.523.503,18	51.665.536,98	51.251.738,31	91,40%	-
84.25	Coord. Regional de Saúde Sudeste	71.295.303,00	71.295.303,00	57.080.744,21	34.764.393,02	34.297.656,48	80,06%	-
84.26	Coord. Regional de Saúde Leste	62.569.628,00	62.569.628,00	46.905.973,12	23.435.452,28	23.206.000,48	74,97%	-
84.27	Coord. Regional de Saúde Oeste	35.083.260,00	35.083.260,00	24.597.623,86	12.374.335,42	11.341.295,92	70,11%	1.000
84.28	Coord. Regional de Saúde Centro	10.804.711,00	10.804.711,00	9.285.323,71	4.692.780,35	4.575.877,85	85,94%	1.000
TOTAL ADMINISTRAÇÃO DIRETA		12.522.469.148	14.129.913.150	11.360.435.488	9.775.661.269	9.698.935.930	80,40%	80.889.077
02.10	Hosp. Servidor Público Municipal	339.796.349,00	352.948.473,12	262.324.167,69	203.907.147,40	198.114.516,46	74,32%	1.005.000
TOTAL ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		339.796.349	352.948.473	262.324.168	203.907.147	198.114.516	74,32%	1.005.000
TOTAL ORÇAMENTO FUNÇÃO SAÚDE		12.862.265.497	14.482.861.623	11.622.759.656	9.979.568.416	9.897.050.446	80,25%	81.894.077

Fonte: CFO e Sistema Orçamentário Financeiro (SOF) - Secretaria Municipal de Saúde, em setembro de 2021

Secretaria Municipal da Saúde

Execução Orçamentária - Subfunção Saúde - em R\$										
2º Quadrimestre 2021										
Subfunção Saúde (código e descrição)		Inicial	Atualizado (c)	Empenhado (d)	Liquidado (e)	Pago (f)	(d/c)	(d/total d)	Restos a Pagar (g) = (d) - (e)	
									(g)	(g/total d)
301	Atenção Básica	4.827.622.098	5.243.841.993	4.475.952.086	4.152.724.481	4.141.685.789	85,36%	38,51%	323.227.605	2,78%
302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	4.554.481.606	5.747.236.524	4.712.719.995	3.885.118.752	3.830.094.918	82,00%	40,55%	827.601.244	7,12%
303	Suporte Profilático e Terapêutico	384.516.011	401.054.798	357.783.207	241.134.229	232.866.290	89,21%	3,08%	116.648.978	1,00%
304	Vigilância Sanitária	134.714.265	139.578.065	103.498.582	59.552.003	56.511.384	74,15%	0,89%	43.946.579	0,38%
305	Vigilância Epidemiológica									
241	Assistência ao Idoso	1.820.000	1.820.000							
242	Assistência ao Portador de Deficiência	7.461.996	5.161.476							
422	Direitos Individuais Coletivos e Difusos	827.670	816.750	31.859	5.544	5.544	3,90%	0,00%	26.315	0,00%
122	Administração Geral	2.354.572.104	2.353.216.708	1.430.672.728	1.337.553.512	1.334.060.296	60,80%	12,31%	93.119.216	0,80%
128	Formação de Recursos Humanos	10.678.804	9.655.340	51.024	19.957	19.957	0,53%	0,00%	31.067	0,00%
271	Previdência Básica	426.347.112	426.347.112	426.347.112	247.422.377	247.422.377	100,00%	3,67%	178.924.735	1,54%
331	Proteção e Benefícios ao Trabalhador	0	0	0	0					
131	Comunicação Social	1.000.000	1.000.000	0	0					
126	Tecnologia da Informação	158.223.831	153.132.858	115.703.062	56.037.561	54.383.891	75,56%	1,00%	59.665.501	0,51%
TOTAL		12.862.265.497	14.482.861.623	11.622.759.656	9.979.568.416	9.897.050.446	80,25%	100,00%	1.643.191.240	14,14%

FONTE: CFO e Sistema Orçamentário Financeiro (SOF) - Secretaria Municipal de Saúde, em setembro de 2021
Secretaria Municipal da Fazenda - RREO ANEXO 12 (LC141/2012, art 35), em setembro de 2021



RELATÓRIO DETALHADO DO QUADRIMESTRE ANTERIOR

APLICAÇÃO LC 141/2012

Transferências Fundo a Fundo e Voluntárias

2º Quadrimestre de 2021

Janeiro a agosto



Secretaria Municipal da Saúde

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - SMS

Relatório de Prestação de Contas do 2º Quadrimestre de 2021



RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE											
DESCRIÇÃO	RECEITA PREVISTA ANUAL (b)	PARTICIPAÇÃO % (Receita Atualizada)	Jan a Abr/2021	mai/21	jun/21	jul/21	ago/21	Maio a Ago/21	TOTAL (a)	PARTICIPAÇÃO (%)	PERCENTUAL (%) (a/b)
REALIZADA	2.625.127.887	100,00%	1.088.552.407	312.005.311	270.150.519	270.578.095	284.078.854	1.136.812.779	2.225.365.185	100,00%	84,8%
BLOCO FEDERAL	2.545.713.059	96,97%	845.043.765	308.661.681	264.222.375	264.976.639	279.614.210	1.117.474.905	1.962.518.671	88,19%	77,1%
BLOCO ATENÇÃO BÁSICA	742.800.000	28,30%	243.441.331	59.690.694	58.994.725	59.634.781	59.355.364	237.675.564	481.116.894	21,62%	64,8%
BLOCO MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	1.602.935.008	61,06%	537.887.956	234.061.911	188.036.035	193.176.565	207.026.999	822.301.510	1.360.189.465	61,12%	84,9%
BLOCO VIGILÂNCIA EM SAÚDE	96.240.000	3,67%	29.144.600	7.670.215	6.440.793	5.821.431	5.824.531	25.756.971	54.901.571	2,47%	57,0%
BLOCO ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	75.258.051	2,87%	23.891.445	5.972.861	5.972.861	5.972.861	5.972.861	23.891.445	47.782.890	2,15%	63,5%
BLOCO GESTÃO SUS	2.280.000	0,09%	-	-	0	0	0	-	-	0,00%	0,0%
BLOCO INVESTIMENTOS	26.200.000	1,00%	10.678.434	1.266.000	4.777.961	371.000	1.434.455	7.849.416	18.527.850	0,83%	70,7%
OUTROS CONVÊNIOS (União)	-	0,00%	-	0	0	0	0	-	-	0,00%	-
BLOCO ESTADUAL	38.302.000	1,46%	236.581.334	0	0	0	0	-	236.581.334	10,63%	617,67%
AÇÕES ESPEC. SAÚDE (Estado)	38.302.000	1,46%	236.581.334	0	0	0	0	-	236.581.334	10,63%	617,7%
BLOCO OUTRAS RECEITAS	28.889.628	1,10%	6.927.308	3.343.629	5.928.144	5.601.455	4.464.644	19.337.873	26.265.181	1,18%	90,9%
APLICAÇÃO FINANCEIRA (Estado)	567.600	0,02%	492.038	764.729	652.208	564.564	587.524	2.569.025	3.061.063	0,14%	539,3%
APLICAÇÃO FINANCEIRA (União)	16.060.740	0,61%	3.525.923	2.088.464	2.468.267	2.475.888	2.679.481	9.712.100	13.238.023	0,59%	82,4%
APLICAÇÃO FINANCEIRA (Outras Fontes)	246.684	0,01%	124.197	29.387	133.789	40.653	48.538	252.368	376.565		
REC DE RESTITUIÇÃO DIVERSAS FMS	2.040.000	0,08%	1.040.543	48.361	1.858.442	1.280.138	125.264	3.312.205	4.352.748	0,20%	213,4%
MULTAS DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	932.400	0,04%	33.578	2.272	149	756	0	3.176	36.754	0,00%	3,9%
AHM (OUTRAS RECEITAS)	-	0,00%	2.002	386	491	491	0	1.367	3.369	0,00%	0,0%
HSPM (OUTRAS RECEITAS)	9.042.204	0,34%	1.833.224	410.030	814.798	1.238.965	1.023.838	3.487.632	5.320.856	0,24%	58,8%
RECEITAS PARA OUTROS CONVÊNIOS ESPECÍFICOS COM A UNIÃO	12.222.200	0,47%	-	0	0	0	0	-	-	-	-
RECEITAS DE ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS E INSTITUIÇÕES PRIVADAS	1.000	0,00%	-	0	0	0	0	-	-	0,00%	0,0%



Secretaria Municipal da Saúde

RECURSOS FEDERAIS											
RECEITA DO BLOCO ATENÇÃO BÁSICA	RECEITA PREVISTA ANUAL (b)	PARTICIPAÇÃO % (Receita Atualizada)	Jan a Abr/2021	mai/21	jun/21	jul/21	ago/21	Maio a Ago/21	TOTAL (a)	PARTICIPAÇÃO (%)	PERCENTUAL (%) (a/b)
INCREMENTO TEMPORÁRIO DO PAB/APS	12.000.000,00	8,89%	1.000.000	-	-	-	-	-	1.000.000	0,21%	8,3%
INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - DESEMPENHO	66.000.000,00	8,89%	24.702.144	4.872.975	4.869.750	4.869.750	4.869.750	19.482.225	44.184.369	9,18%	66,9%
INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - CAPITAÇÃO PONDERADA	312.000.000,00	42,00%	120.760.387	33.066.535	32.730.868	32.422.795	32.678.411	130.898.609	251.658.996	52,31%	80,7%
INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - PER CAPITA DE TRANSIÇÃO	72.000.000,00	9,69%	12.149.923	-	-	-	-	-	12.149.923	2,53%	16,9%
INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - AÇÕES ESTRATÉGICAS	258.000.000,00	34,73%	77.558.827	20.123.133	19.873.657	20.889.787	20.212.985	81.099.563	158.658.390	32,98%	61,5%
INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - DIVERSOS APS	22.800.000,00	3,07%	7.270.050	1.628.050	1.520.450	1.452.450	1.594.217	6.195.167	13.465.217	2,80%	59,1%
REALIZADA	742.800.000,00	100,00%	243.441.331	59.690.694	58.994.725	59.634.781	59.355.364	237.675.564	481.116.894	100%	64,8%
RECEITA DO BLOCO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	RECEITA PREVISTA ANUAL (b)	PARTICIPAÇÃO % (Receita Atualizada)	Jan a Abr/2021	mai/21	jun/21	jul/21	ago/21	Maio a Ago/21	TOTAL (a)	PARTICIPAÇÃO (%)	PERCENTUAL (%) (a/b)
SAMU	50.400.000,00	3,14%	14.994.008	3.748.502	3.748.502	3.748.502	3.748.502	14.994.008	29.988.016	2,20%	59,5%
TETO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	1.150.979.097,00	71,80%	369.668.601	92.335.088	92.310.445	93.054.612	93.102.599	370.802.743	740.471.344	54,44%	64,3%
CORONAVÍRUS (COVID-19)	15.600.000,00	0,97%	35.472.000	109.788.044	66.590.752	66.288.000	66.768.000	309.434.796	344.906.796	25,36%	2210,9%
FAEC	360.955.911,00	22,52%	111.753.347	28.190.277	25.386.336	26.722.787	26.483.843	106.783.243	218.536.590	16,07%	60,5%
INCREMENTO TEMPORÁRIO DO MAC - EMENDA PARLAMENTAR	0	0,00%	6.000.000	-	-	-	3.362.665	16.924.054	26.286.719	1,93%	0,0%
EMENDA PARLAMENTAR	25.000.000,00	1,56%	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,0%
REALIZADA	1.602.935.008,00	100,00%	537.887.956	234.061.911	188.036.035	193.176.565	207.026.999	822.301.510	1.360.189.465	100%	84,9%
RECEITAS DO BLOCO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE E ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA	RECEITA PREVISTA ANUAL (b)	PARTICIPAÇÃO % (Receita Atualizada)	Jan a Abr/2021	mai/21	jun/21	jul/21	ago/21	Maio a Ago/21	TOTAL (a)	PARTICIPAÇÃO (%)	PERCENTUAL (%) (a/b)
VIGILÂNCIA EM SAÚDE	96.240.000,00	53,25%	26.974.980	7.670.215	6.440.793	5.821.431	5.824.531	25.756.971	52.731.952	50,99%	54,8%
VIGILÂNCIA DST/AIDS	9.240.000,00	5,11%	2.892.826	723.207	723.207	723.207	723.207	2.892.826	5.785.653	5,59%	62,6%
ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA	75.258.051,00	41,64%	23.891.445	5.972.861	5.972.861	5.972.861	5.972.861	23.891.445	47.782.890	46,21%	63,5%
REALIZADA	180.738.051,00	100,00%	50.866.425	14.366.283	13.136.861	12.517.499	12.520.599	52.541.242	103.407.668	100%	57,2%
RECEITAS DO BLOCO DE GESTÃO DO SUS	RECEITA PREVISTA ANUAL (b)	PARTICIPAÇÃO % (Receita Atualizada)	Jan a Abr/2021	mai/21	jun/21	jul/21	ago/21	Maio a Ago/21	TOTAL (a)	PARTICIPAÇÃO (%)	PERCENTUAL (%) (a/b)
INCENTIVO A IMPLANTAÇÃO/IMPLEMENTAÇÃO DE COMPLEXOS REGULADORES	2.040.000,00	89,47%	-	0	0	0	0	-	0	-	0,0%
Outros(3)	240.000,00	10,53%	-	0	0	0	0	-	0	-	0,0%
REALIZADA	2.280.000,00	100,00%	0	0	0	0	0	-	-	-	0,0%
RECEITAS DO BLOCO DE INVESTIMENTO	RECEITA PREVISTA ANUAL (b)	PARTICIPAÇÃO % (Receita Atualizada)	Jan a Abr/2021	mai/21	jun/21	jul/21	ago/21	Maio a Ago/21	TOTAL (a)	PARTICIPAÇÃO (%)	PERCENTUAL (%) (a/b)
CONSTRUÇÃO DE CAPS, SRT,SMT E UA	-	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	-
REFORMA E CONSTRUÇÃO DE UBS	-	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	-
CONSTRUÇÃO DE UNIDADE ODONTOLÓGICA	-	0,00%	-	1.266.000	511.002	371.000	245.000	2.393.002	2.393.002	12,92%	-
CONSTRUÇÃO CER	-	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	-
AÇÕES DE INVESTIMENTO DE VIGILANCIA EM SAUDE	-	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	-
EQUIPAMENTOS	25.000.000,00	95,42%	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,0%
ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE	-	0,00%	-	-	-	-	1.189.455	1.189.455	1.189.455	6,42%	-
CONVÊNIOS	1.200.000,00	4,58%	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,0%
EMENDA PARLAMENTAR	-	-	-	-	4.266.959	-	-	4.266.959	-	-	-
CORONAVÍRUS (COVID-19)	-	0,00%	10.678.434	-	-	-	-	-	10.678.434	57,63%	-
REALIZADA	26.200.000,00	100,00%	10.678.434	1.266.000	4.777.961	371.000	1.434.455	7.849.416	18.527.850	100%	70,7%
RECEITAS PARA OUTROS CONVÊNIOS ESPECÍFICOS COM A UNIÃO	RECEITA PREVISTA ANUAL (b)	PARTICIPAÇÃO % (Receita Atualizada)	Jan a Abr/2021	mai/21	jun/21	jul/21	ago/21	Maio a Ago/21	TOTAL (a)	PARTICIPAÇÃO (%)	PERCENTUAL (%) (a/b)
CAPACITAÇÃO (Educação Permanente)	2.040.000,00	16,69%	-	-	-	-	-	-	-	-	0,0%
EQUIPAMENTOS	180.000,00	1,47%	-	-	-	-	-	-	-	-	0,0%
CONSTRUÇÃO	10.002.200,00	81,84%	-	-	-	-	-	-	-	-	0,0%
REALIZADA	12.222.200,00	100,00%	-	-	-	-	-	-	-	-	0,0%



RECURSOS ESTADUAIS											
RECEITAS DO ESTADO PROGRAMAS / CONVÊNIO	RECEITA PREVISTA ANUAL (b)	PARTICIPAÇÃO % (Receita Atualizada)	Jan a Abr/2021	mai/21	jun/21	jul/21	ago/21	Maio a Ago/21	TOTAL (a)	PARTICIPAÇÃO (%)	PERCENTUAL (%) (a/b)
TRANSFERÊNCIA DO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE -FMS	20.400.000,00	53,26%		4.281.557				4.281.557		0,00%	0,0%
ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA - DOSE CERTA	-	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	-
CONTROLE DE GLICEMIA	-	0,00%	1.531.503	-	1.531.503	-	-	1.531.503	3.063.006	1,21%	-
CORONAVÍRUS (COVID-19) - CUSTEIO	-	0,00%	235.049.831	-	-	-	-	-	235.049.831	92,59%	-
EMENDA PARLAMENTAR - CUSTEIO	601.000,00	1,57%	-	-	9.343.000	-	200.000	9.543.000	9.543.000	3,76%	1587,9%
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DOS ESTADOS PARA O SUS	600.000,00	1,57%		-		-				0,00%	0,0%
EQUIPAMENTOS	10.000.000,00	26,11%	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,0%
REFORMA E CONSTRUÇÃO UBS	-	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	-
CORONAVÍRUS (COVID-19) - INVESTIMENTO	4.200.000,00	10,97%	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,0%
EMENDA PARLAMENTAR - INVESTIMENTO	2.500.000,00	6,53%	-	-	6.196.000	-	-	6.196.000	6.196.000	2,44%	247,8%
OUTROS	1.000,00	0,00%	302.400	-	-	-	-	-	302.400	0,12%	30240,0%
REALIZADA	38.302.000,00	100,00%	236.581.334	0	17.070.503	0	200.000	17.270.503	253.851.837	100%	100,0%

RECEITAS DE ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS E INSTITUIÇÕES PRIVADAS	RECEITA PREVISTA ANUAL (b)	PARTICIPAÇÃO % (Receita Atualizada)	Jan a Abr/2021	mai/21	jun/21	jul/21	ago/21	Maio a Ago/21	TOTAL (a)	PARTICIPAÇÃO (%)	PERCENTUAL (%) (a/b)
INSTITUIÇÕES PRIVADAS	1.000,00	100,00%	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,00%
CORONAVÍRUS (COVID-19) - OUTRAS RECEITAS (MPE/MPFTJE- SP/DOAÇÕES)	-	-	962.362	439.272	536.226	424.050	372.570	1.772.118	2.734.480	100,00%	-
REALIZADA	1.000,00	100,00%	962.362	439.272	536.226	424.050	372.570	1.772.118	2.734.480	100%	100,0%

Fonte: Coordenadoria de Finanças e Orçamento - CFO/TF (BOLETIM DA RECEITA - SOF E DATASUS), em setembro 2021



RELATÓRIO DETALHADO DO QUADRIMESTRE ANTERIOR

APLICAÇÃO LC 141/2012

Principais Grupos de Despesas

2º QUADRIMESTRE DE 2021

Janeiro a agosto

Secretaria Municipal da Saúde

Principais Grupos de Despesas

Detalhamento das Despesas Empenhadas - Fundo Municipal da Saúde (SMS e HSPM) - 2º Quadrimestre 2021

Grupo	Administração Direta	Administração Indireta		Total, em R\$	Sobre Total Saúde
	SMS, em R\$	AHM, em R\$	HSPM, em R\$		
Pessoal, Auxílios e Encargos	1.104.856.074	Autarquia Extinta, CAPÍTULO IV, LEI Nº 17.433 de 29 de Julho de 2020	165.248.836	1.270.104.910	10,93%
Contratos de Gestão e Convênios	7.461.780.096		0	7.461.780.096	64,20%
Prestadores SUS	672.875.936		0	672.875.936	5,79%
Materias Médico-Hospitalares	357.789.583		20.395.302	378.184.885	3,25%
Medicamentos	344.794.846		5.765.645	350.560.491	3,02%
Investimentos	252.418.035		2.669.501	255.087.536	2,19%
Outros	1.165.920.918		68.244.882	1.234.165.800	10,62%
TOTAL SAÚDE	11.360.435.488			262.324.168	11.622.759.656

Materiais Médico-Hospitalares e Medicamentos

Grupo	Fonte	Administração Direta	Administração Indireta		Total, em R\$	Sobre Total Saúde	
		SMS, em R\$	AHM, em R\$	HSPM, em R\$			
Materias Médico Hospitalares	00	257.485.947	-	16.834.379	274.320.327	2,36%	
	02	93.540.948		1.438.724	94.979.672	0,82%	
	03	1.289.163			1.289.163	0,01%	
	10				0	0,00%	
	21	5.473.525			5.473.525	0,05%	
	22				0	0,00%	
	01, 05, 06, 08				2.122.198	2.122.198	0,02%
	Total	357.789.583			20.395.302	378.184.885	3,25%
Medicamentos	00	214.151.905	-	4.846.539	218.998.444	1,88%	
	02	78.737.794		377.174	79.114.968	0,68%	
	03	50.425.492			50.425.492	0,43%	
	10				0	0,00%	
	21				0	0,00%	
	22				0	0,00%	
	01, 05, 06, 08	1.479.655			541.932	2.021.588	0,02%
	Total	344.794.846			5.765.645	350.560.491	3,02%
Total Materiais + Medicamentos	702.584.429		26.160.948	728.745.377	6,27%		

Ações Judiciais (*)	17.915.013	0	0	17.915.013	0,15%
---------------------	------------	---	---	------------	-------

(*) As Ações Judiciais compreendem Materiais Médico-Hospitalares, Medicamentos e Outros (dietas e serviços), cujos valores já estão incluídos em respectivos itens.

Descrição das fontes de recursos financeiros

- Fonte 00 = Tesouro Municipal
- Fonte 01 = Operações de Crédito
- Fonte 02 = Transferências Federais
- Fonte 03 = Transferências Estaduais
- Fonte 05 = Outras Fontes
- Fonte 06 = Recursos Próprios da Administração Indireta
- Fonte 08 = Tesouro Municipal - Recursos Vinculados
- Fonte 10 = Alienação de Bens/Ativos
- Fonte 21 = COVID = Transf. Fed.: Custeio COVID Fundo a Fundo - Serv. Púb. de Saúde
- Fonte 22 = COVID = Transf. Fed.: Invest. COVID Fundo a Fundo - Serv. Púb. de Saúde

Fonte:

- Administração Direta: CFO e Sistema Orçamentário Financeiro (SOF) - Secretaria Municipal de Saúde, em setembro de 2021
- Administração Indireta: HSPM, em setembro de 2021

Extinção AHM:

http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/busca?nr_lei=17.433&ano-inicial=2020&ano-final=2020&tipo%5B%5D=LEI



Secretaria Municipal da Saúde

Secretaria-Executiva de Regulação, Monitoramento, Avaliação e Parcerias						
Coordenadoria de Parcerias e Contratação de Serviços de Saúde - CPCSS						
Contrato de Gestão (CG), Convênios (CV), Termo de Fomento (TF)						
Item	Organizações Sociais	Natureza	Repasse Financeiros 2º Quadrimestre 2021			
			Empenhado		Liquidado	
			R\$	Sobre TOTAL	R\$	Sobre Empenhado
1	SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina	CG e CV	2.157.552.207	28,91%	1.846.612.113	85,59%
2	Casa de Saúde Santa Marcelina	CG	961.498.773	12,89%	852.171.430	88,63%
3	Associação Saúde da Família	CG	878.636.227	11,78%	813.631.369	92,60%
4	CEJAM - Centro de Estudos e Pesquisas Dr. João Amorim	CG e CV	786.105.236	10,54%	743.383.009	94,57%
5	Instituto de Atenção Básica e Avançada a Saúde - IABAS	CG	689.402.348	9,24%	615.903.679	89,34%
6	Soc. Beneficente Israelita Bras. Hosp. Albert Einstein	CV	528.424.144	7,08%	400.479.021	75,79%
7	INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA E SAUDE	CG	432.111.261	5,79%	413.933.137	95,79%
8	SECONCI - Serviço Social da Construção Civil do Est. de São Paulo	CG e CV	365.263.254	4,90%	323.073.256	88,45%
9	Fundação do ABC	CG	174.893.715	2,34%	142.511.217	81,48%
10	IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA SP	CV	137.008.513	1,84%	119.135.469	86,95%
11	Assoc. Comunitária Monte Azul	CG e CV	119.562.526	1,60%	118.883.270	99,43%
12	Centro Social Nossa Senhora do Bom Parto	CV	46.415.096	0,62%	46.054.084	99,22%
13	INSTITUTO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL SIRIO LIBANES	CV	40.333.638	0,54%	40.333.638	100,00%
14	CRUZ VERMELHA BRASILEIRA FILIAL DE SAO PAULO	CV	35.070.556	0,47%	33.858.728	96,54%
15	Assoc. Comunitária e Benef. Padre José Augusto M. Moreira	CV	22.288.274	0,30%	22.288.274	100,00%
16	Congregação das Irmãs Hospitaleras do Sagrado Coração de Jesus	CV	22.134.160	0,30%	22.134.160	100,00%
17	ASSOCIACAO NACIONAL DE CLINICOS VETERINARIOS DE PEQUENOS AN	CV	21.343.754	0,29%	13.335.002	62,48%
18	INSTITUTO BRASILEIRO DE CONTROLE DO CANCER	CV	12.447.678	0,17%	10.891.718	87,50%
19	Casa de Isabel	CV e TF	11.408.460	0,15%	10.710.946	93,89%
20	Universidade de São Paulo	CV	4.137.586	0,06%	4.137.586	100,00%
21	Assoc. de Saúde Mental PROSAM	CV	3.807.065	0,05%	3.078.842	80,87%
22	SALLUS Associação para a Saúde Núcleo Sallus Paulista	CV	3.437.922	0,05%	3.437.922	100,00%
23	Assoc. Congregação de Santa Catarina	CG	3.172.449	0,04%	3.172.449	100,00%
24	Assoc. de Apoio ao Projeto Quixote	CV	2.203.706	0,03%	2.168.743	98,41%
25	CROPH - Coordenação Regional das Obras de Promoção Humana	CV	1.655.174	0,02%	1.341.375	81,04%
26	Assoc. Brasileira de Desenvolvimento Social - ABADS	CV	1.246.366	0,02%	901.048	72,29%
27	Assoc. da Casa dos Deficientes de Ermelino Matarazzo	CV	220.009	0,00%	167.147	75,97%
TOTAL			7.461.780.096	100,00%	6.607.728.633	88,55%

FONTE: Secretaria-Executiva de Regulação, Monitoramento, Avaliação e Parcerias - Coordenadoria de Parcerias e Contratação de Serviços de Saúde - SMS-G/SERMAP-CPCSS, em setembro de 2021



Secretaria-Executiva de Regulação, Monitoramento, Avaliação e Parcerias					
Coordenadoria de Avaliação e Controle da Assistência Complementar - CACAC					
Item	Instituições - Razão Social	Repasse Financeiro Acumulado jan a ago/2021			
		Empenhado		Liquidado	
		R\$	Sobre Total	R\$	Sobre Empenhado
1	FUNDAÇÃO OSWALDO RAMOS	64.880.580,49	9,64%	62.019.319,26	95,59%
2	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE EBENEZER	53.036.885,57	7,88%	47.722.866,51	89,98%
3	REAL E BENEMERITA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE BENEFICENCIA	50.939.030,20	7,57%	50.922.023,79	99,97%
4	INSTITUTO DO CANCER ARNALDO VIEIRA DE CARVALHO	49.988.846,50	7,43%	44.261.652,87	88,54%
5	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE SANTO AMARO	40.969.737,90	6,09%	37.486.678,51	91,50%
6	INST. BRAS. DE CONTROLE DO CANCER	34.578.873,29	5,14%	32.708.247,53	94,59%
7	FUNDAÇÃO ANTONIO PRUDENTE	28.299.755,79	4,21%	23.906.781,57	84,48%
8	ASSOCIAÇÃO FUNDO DE INCENTIVO A PSICOFARMACOLOGIA	27.598.775,79	4,10%	27.598.775,79	100,00%
9	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO PAULO	24.389.042,46	3,62%	19.168.328,27	78,59%
10	GRUPO DE APOIO AO ADOLESCENTE E A CRIANÇA COM CANCER GRAACC	15.144.565,72	2,25%	10.369.518,72	68,47%
11	ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA A CRIANÇA DEFICIENTE	12.871.737,53	1,91%	10.299.765,76	80,02%
12	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE ASSISTENCIA SOCIAL NOSSA SENHORA DO PARI	12.503.849,57	1,86%	12.467.007,68	99,71%
13	DAVITA Serv. De Nefrologia da Penha Ltda (CENUPE) - Penha	11.449.500,03	1,70%	9.427.314,90	82,34%
14	INSTITUTO CEMA DE OFTALMOLOGIA E OTORRINOLARINGOLOGIA	11.094.997,18	1,65%	11.030.836,85	99,42%
15	CLINICA NEFROLOGIA LESTE LTDA	10.339.215,99	1,54%	8.632.130,63	83,49%
16	NEFROLAPA - CLIN. MÉDICA E NEFROL. DA LAPA LTDA - EPP	10.004.163,48	1,49%	7.904.388,30	79,01%
17	CENTRO DE ESTUDO DO HOSPITAL MONUMENTO	9.580.527,91	1,42%	6.765.720,90	70,62%
18	ENESP EQUIPE NEFROLOGICA DE SAO PAULO LTDA	9.408.369,05	1,40%	7.993.414,10	84,96%
19	CNTT - CLÍNICA DE NEFROLOGIA E TRANSPLANTE RENAL DO TATUAPÉ	9.204.028,08	1,37%	8.410.106,71	91,37%
20	INSTITUTO SUEL ABUJAMRA	9.032.478,83	1,34%	7.448.985,82	82,47%
21	ASSOCIACAO CRUZ VERDE	8.852.707,54	1,32%	8.852.707,54	100,00%
22	SENEP - SERVIÇO DE NEFROLOGIA DE SÃO PAULO LTDA	8.469.711,43	1,26%	6.965.858,92	82,24%
23	HOSPITAL BANDEIRANTES S.A	7.889.608,06	1,17%	7.334.918,50	92,97%
24	NEPHRON ASSISTENCIA NEFROLOGICA LTDA	7.486.014,45	1,11%	4.777.400,30	63,82%
25	DAVITA SERVIÇOS DE NEFROLOGIA JARDIM DAS IMBUÍAS LTDA	7.117.272,80	1,06%	6.730.916,97	94,57%
26	CLINICA NEFROLOGICA SÃO MIGUEL LTDA	6.835.346,71	1,02%	5.793.512,63	84,76%
27	CLINICA NEFROLOGICA DO ITAIM PAULISTA LTDA	6.574.336,57	0,98%	5.632.580,57	85,68%
28	RENALCARE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA	6.275.119,97	0,93%	6.275.119,97	100,00%
29	CLINICA NEFROLOGICA SANTA CATARINA LTDA - ME	6.165.052,17	0,92%	6.088.949,59	98,77%
30	DAVITA JOÃO DIAS (INSP)	6.156.812,29	0,91%	5.224.996,70	84,87%
31	HOME DIALYSIS CENTER MEDICINA E PARTICIPAÇÕES S/C LTDA	5.907.013,63	0,88%	5.141.161,78	87,03%
32	SOCIEDADE BENEFICENTE ISRAELITA BRAS HOSPITAL ALBERT EINSTEIN	5.257.011,21	0,78%	1.800.845,89	34,26%
33	CLINICA PAULISTA DE NEFROLOGIA, DIALISE E TRANSPLANTE LTDA PASSOU A SER BA	5.231.188,99	0,78%	3.534.591,78	67,57%
34	DAVITA SANTANA (NEFROS)	5.223.890,51	0,78%	3.089.475,67	59,14%
35	DAVITA PERDIZES (C.M.I.N.)	5.209.245,25	0,77%	4.470.797,52	85,82%
36	UNTR. - UNIDADE DE NEFROLOGIA, DIALISE E TRANSPLANTE RENAL LTDA	5.166.271,74	0,77%	4.060.063,76	78,59%
37	NEFROCLÍNICA IPIRANGA LTDA	5.135.279,97	0,76%	4.732.579,68	92,16%
38	DAVITA VILA OLÍMPIA (CENESUL)	5.083.278,49	0,76%	3.694.414,71	72,68%
39	NEFROCOR E URO SERVIÇOS MÉDICOS LTDA	4.062.897,39	0,60%	2.146.769,91	52,84%
40	INSTITUTO PAULISTA DE ESTUDOS E PESQUISAS EM OFTALMOLOGIA - IPEPO	3.831.582,03	0,57%	2.407.663,19	62,84%



Secretaria Municipal da Saúde

41	HOSPITAL SANTA ISABEL	3.808.633,33	0,57%	2.339.400,00	61,42%
42	MEDSERV- ASSISTENCIA MÉDICA E NEFROLÓGICA LTDA	3.752.151,24	0,56%	2.106.273,45	56,14%
43	CASA DA CRIANÇA BETINHO LAR ESPIRITA PARA EXCEPCIONAIS	3.674.242,54	0,55%	3.043.140,97	82,82%
44	EL DIAGNÓDTICO LTDA	3.637.272,88	0,54%	3.075.103,84	84,54%
45	CENENORTE - CENTRO DE NEFROLOGIA ZONA NORTE LTDA	3.260.222,82	0,48%	3.260.222,82	100,00%
46	FUNDAÇÃO SÃO PAULO	3.187.383,49	0,47%	2.484.813,99	77,96%
47	ASSOCIAÇÃO CONGREGAÇÃO DE SANTA CATARINA	3.172.449,47	0,47%	3.172.449,47	100,00%
48	RENALCLASS CLINICA DE NEFROLOGIA LTDA	3.042.344,24	0,45%	2.292.096,83	75,34%
49	SOC.BENEF.DE SENHORAS - HOSP. SÍRIO LIBANÊS	2.858.613,72	0,42%	1.440.000,00	50,37%
50	SOC. BRASILEIRA E JAPONESA DE BENEFICENCIA SANTA CRUZ	2.638.460,89	0,39%	2.638.460,89	100,00%
51	CENTRO DE NEFROLOGIA E DIALISE CENED S/C LTDA	2.247.855,49	0,33%	2.247.855,49	100,00%
52	ZANTUT MEDICOS ASSOCIADOS LTDA- ME	2.121.788,66	0,32%	2.121.788,66	100,00%
53	PRO-NEFRON ASSISTENCIA MEDICA LTDA	2.112.764,27	0,31%	1.432.643,45	67,81%
54	Dr. GHELFOUND Diag. Médico Ltda	2.097.911,09	0,31%	1.743.930,94	83,13%
55	CETENE - CENTRO DE TERAPIA NEFROLOGICA LTDA	2.078.956,42	0,31%	1.729.171,14	83,17%
56	SUA IMAGEM Diagnósticos Médicos Ltda	1.898.961,18	0,28%	1.898.961,18	100,00%
57	CENTRO OFTALM.PAULISTA CLÍN. E CIR. OCULAR LTDA	1.868.501,80	0,28%	1.868.501,80	100,00%
58	AURI MEDICINA DIAGNÓSTICA LTDA	1.558.404,56	0,23%	1.558.404,56	100,00%
59	SERVIÇO SOCIAL DA CONSTRUÇÃO CIVIL DO ESTADO DE SP - SECONCI - SP	1.473.727,14	0,22%	707.001,11	47,97%
60	CLÍNICA DE DIAGNÓST. DR. LUIZ SCOPPETTA	1.163.189,30	0,17%	916.771,23	78,82%
61	DIMEDI - Instituto de Medicina Digital Ltda	995.670,04	0,15%	995.670,04	100,00%
62	Radioclínica TADAO MORI	735.634,11	0,11%	731.453,76	99,43%
63	HOSPITAL SAGRADA FAMILIA	693.800,00	0,10%	693.800,00	100,00%
64	C & M ASSOC. SERV.MÉDICOS LTDA - IMEDI	651.396,37	0,10%	453.200,53	69,57%
65	Instituto RUBEN BERTA	270.117,00	0,04%	270.117,00	100,00%
66	SAMARIM ASSISTÊNCIA NEFROLÓGICA LTDA	269.948,36	0,04%	185.177,07	68,60%
67	NIPO - Benef. Bras. de São Paulo	224.570,69	0,03%	174.455,53	77,68%
68	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ASSISTENCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - ABADS	68.230,20	0,01%	68.230,20	100,00%
69	VITALCOR Clínica Cardiológica Ltda	59.052,62	0,01%	59.052,62	100,00%
70	ASSOC C S ORDEM M DE MALTA DE S PE BRASIL MERIDIONAL	9.079,27	0,00%	9.079,27	100,00%
71	HOSPITAL ALEMÃO OSWALDO CRUZ	0,00	0,00%	0,00	-
72	HOSPITAL ALVORADA TAQUATINGA LTDA	0,00	0,00%	0,00	-
73	HOSPITAL NOTRE DAME H SALVALUS	0,00	0,00%	0,00	-
74	HOSPITAL SÃO CRISTOVÃO	0,00	0,00%	0,00	-
75	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - FACULDADE DE ODONTOLOGIA	0,00	0,00%	0,00	-
TOTAL		672.875.936	100,00%	591.016.418	88,37%



RELATÓRIO DETALHADO DO QUADRIMESTRE ANTERIOR

AUDITORIA

Auditorias Realizadas

2º QUADRIMESTRE DE 2021

Janeiro a agosto

Relatório Gerencial 2º Quadrimestres de 2021

Divisão de Auditoria SUS/COCIN

Introdução

As ações e atividades desenvolvidas pela Divisão de Auditoria SUS da Coordenadoria de Controle Interno - COCIN visaram fortalecer o Componente Municipal do Sistema Nacional de Auditoria - SNA com o objetivo de qualificação da gestão mediante ações compartilhadas e pactuadas, de observar o cumprimento das normas inerentes à organização e funcionamento do SNA/SUS/SP, de modo a apoiar e colaborar no planejamento da execução de medidas saneadoras de possíveis irregularidades e deficiências apontadas pelo controle, corrigir inconformidades, coibir irregularidades, avaliar o impacto das ações, repercutindo na melhoria da gestão pública, além de estabelecer os processos internos das ações de auditoria apoiando o Gestor na tomada de decisão, para que sejam adotadas as medidas corretivas cabíveis, sem prejuízo das sanções previstas em lei.

Os resultados alcançados são apurados com base no conjunto de ações que foram definidas no Planejamento Anual e a partir de demanda oriunda de solicitação de órgãos externos (Ministérios Públicos Federal/Estadual, Tribunais de Contas, Ministério da Saúde, entre outros) ou demandas internas não programadas.

Foram realizadas 278 auditorias no período de **Janeiro a Agosto de 2021** em Instituições vinculadas ao SUS, sendo 273 auditorias e 05 visitas técnicas por demanda interna. Analisados no mesmo período, o total de 2.552 AIH estando os principais motivos abaixo identificados:

- 12.919 por solicitações de liberação de críticas;
- 32.692 por agravos de notificação;
- 396 por duplicidade de Cartão Nacional de Saúde – CNS;
- 30 por duplicidade em oncologia;
- 64 por sexo incompatível com o procedimento;

A seguir demonstramos a produção no 2º quadrimestre de 2021:

Secretaria Municipal da Saúde

PRODUÇÃO – 1º QUADRIMESTRE DE 2021

Quantidade de AIH apresentadas por natureza da Instituição

1º Quadrimestre de 2021			
Competência	Natureza Pública	Natureza Privada	Total
Janeiro	18.442	6.538	24.980
Fevereiro	21.341	6.253	27.594
Março	20.694	6.685	27.379
Abril	20.361	6.482	26.843
Total 1º Quadrimestre	80.838	25.958	106.796

Fonte: SIHD

Valor (R\$) das AIH apresentadas por natureza da Instituição

1º Quadrimestre de 2021			
Competência	Natureza Pública (R\$)	Natureza Privada (R\$)	Total (R\$)
Janeiro	14.753.502,57	13.997.805,28	28.751.307,85
Fevereiro	17.120.749,03	13.155.808,30	30.276.557,33
Março	20.025.933,09	15.209.253,64	35.235.186,73
Abril	27.500.615,63	14.083.918,40	41.584.534,03
Total 1º Quadrimestre	79.400.800,32	56.446.785,62	135.847.585,94

Fonte: SIHD

Quantidade de AIH auditadas analiticamente

1º Quadrimestre de 2021	
Competência	Quantidade de AIH auditadas
Janeiro	5.843
Fevereiro	7.954
Março	5.497
Abril	5.849
Total 1º Quadrimestre	25.143

Fonte: SIHD/Relatórios - Divisão de Auditoria do SUS

Secretaria Municipal da Saúde

Quantidade de atividades por tipo

1º Quadrimestre de 2021					
Por tipo de atividade	Jan	Fev	Mar	Abr	Total
Auditorias	32	34	30	32	128
Visita Técnica	00	00	00	01	01
Total 1º Quadrimestre	32	34	30	33	129

Fonte: SISAUD/Relatórios - Divisão de Auditoria do SUS

Quantidade de atividades por origem da demanda

1º Quadrimestre de 2021					
Finalidade	Jan	Fev	Mar	Abr	Total
Interna – Programação da Divisão de Auditoria do SUS	32	33	30	32	127
Interna – Outras Estruturas SMS	00	01	00	01	02
Demandas Externas	00	00	00	00	00
Total 1º Quadrimestre	32	34	30	33	129

Fonte: SISAUD/Relatórios - Divisão de Auditoria do SUS

Quantidade de atividades por finalidade

1º Quadrimestre de 2021					
Finalidade	Jan	Fev	Mar	Abr	Total
Aferir in loco a realização e cobrança de procedimentos de oncologia	03	03	03	03	12
Aferir in loco a realização e cobrança de procedimentos hospitalares	28	30	26	29	113
Auditar analiticamente as AIH do SIHD	01	01	01	01	04
Total 1º Quadrimestre	32	34	30	33	129

Fonte: SISAUD/Relatórios - Divisão de Auditoria do SUS

Valor fiscalizado nas atividades de auditoria 2021

Mês	Valor fiscalizado – R\$	Valor Glosado – R\$
Janeiro	42.121.431,00	209.144,67
Fevereiro	37.266.477,79	236.625,97
Março	29.294.136,16	660.926,14
Abril	38.081.635,51	401.709,96
Total 1º Quadrimestre	146.763.680,46	1.508.406,74

Fonte: SISAUD/Relatórios - Divisão de Auditoria do SUS

Secretaria Municipal da Saúde

Quantidade de AIH analisadas por tipo de bloqueio

1º Quadrimestre de 2021					
TIPO DE BLOQUEIO	Jan	Fev	Mar	Abr	Total
AIH bloqueadas no filtro de Sobrepostas no Movimento	2.053	2.503	2.489	2.242	9.287
AIH bloqueadas no filtro de Sobrepostas no Estado	00	00	00	00	00
AIH bloqueadas no filtro de Solicitação de liberação	1.174	1.368	1.357	1.666	5.565
AIH bloqueadas no filtro de agravos de notificação	2.423	2.482	2.523	4.882	12.310
AIH bloqueadas no filtro de duplicidades de CNS	36	42	50	35	163
AIH bloqueadas no filtro de duplicidades de Sequenciais em Oncologia	00	00	04	06	10
AIH bloqueadas no filtro de duplicidades de Sequenciais em Ortopedia	06	00	00	00	06
AIH bloqueadas no filtro de duplicidades de Sequenciais em Neurocirurgia	02	00	00	00	02
AIH bloqueadas no filtro de duplicidades de nomes	00	02	00	02	04
AIH bloqueadas no filtro de sexo incompatível com procedimento	05	06	06	12	29
AIH para analisar auditorias programadas	5.843	7.954	5.497	5.849	25.143
Total 1º Quadrimestre	11.542	14.357	11.926	14.694	52.519

Fonte: SISAUD/Relatórios - Divisão de Auditoria do SUS

Secretaria Municipal da Saúde

PRODUÇÃO – 2º QUADRIMESTRE DE 2021

Quantidade de AIH apresentadas por natureza da Instituição

2º Quadrimestre de 2021			
Competência	Natureza Pública	Natureza Privada	Total
Maio	17.200	6.301	23.501
Junho	18.374	7.301	25.675
Julho	17.310	7.171	24.481
Agosto	15.733	6.169	21.902
Total 2º Quadrimestre	68.617	26.942	95.559

Fonte: SIHD

Valor (R\$) das AIH apresentadas por natureza da Instituição

2º Quadrimestre de 2021			
Competência	Natureza Pública (R\$)	Natureza Privada (R\$)	Total (R\$)
Maio	44.130.196,93	14.421.902,86	58.552.099,79
Junho	53.324.596,99	17.206.901,33	70.531.498,32
Julho	55.307.307,08	15.553.959,38	70.861.266,46
Agosto	43.320.404,24	16.687.409,61	60.007.813,85
Total 2º Quadrimestre	196.082.505,24	63.870.173,18	259.952.678,42

Fonte: SIHD

Quantidade de AIH auditadas analiticamente

2º Quadrimestre de 2021	
Competência	Quantidade de AIH auditadas
Maio	4.228
Junho	3.566
Julho	2.966
Agosto	2.323
Total 2º Quadrimestre	13.083

Fonte: SIHD/Relatórios - Divisão de Auditoria do SUS

Secretaria Municipal da Saúde

Quantidade de atividades por tipo

2º Quadrimestre de 2021					
Por tipo de atividade	Mai	Jun	Jul	Ago	Total
Auditorias	38	41	36	30	145
Visita Técnica	00	01	01	02	04
Total 2º Quadrimestre	38	42	37	32	149

Fonte: SISAUD/Relatórios - Divisão de Auditoria do SUS

Quantidade de atividades por origem da demanda

2º Quadrimestre de 2021					
Finalidade	Mai	Jun	Jul	Ago	Total
Interna – Programação da Divisão de Auditoria do SUS	36	41	36	29	142
Interna – Outras Estruturas SMS	02	01	01	03	07
Demandas Externas	00	00	00	00	00
Total 2º Quadrimestre	38	42	37	32	149

Fonte: SISAUD/Relatórios - Divisão de Auditoria do SUS

Quantidade de atividades por finalidade

2º Quadrimestre de 2021					
Finalidade	Mai	Jun	Jul	Ago	Total
Aferir in loco a realização e cobrança de procedimentos de oncologia	03	03	03	03	12
Aferir in loco a realização e cobrança de procedimentos hospitalares	34	38	33	28	133
Auditar analiticamente as AIH do SIHD	01	01	01	01	04
Total 2º Quadrimestre	38	42	37	32	149

Fonte: SISAUD/Relatórios - Divisão de Auditoria do SUS

Valor fiscalizado nas atividades de auditoria 2021

Mês	Valor fiscalizado – R\$	Valor Glosado – R\$
Maio	25.318.636,29	183.876,45
Junho	24.226.925,30	191.453,85
Julho	12.841.167,78	351.421,49
Agosto	10.983.041,52	Em análise
Total 2º Quadrimestre	73.369.770,89	726.751,79

Fonte: SISAUD/Relatórios - Divisão de Auditoria do SUS

Secretaria Municipal da Saúde

Quantidade de AIH analisadas por tipo de bloqueio

2º Quadrimestre de 2021					
TIPO DE BLOQUEIO	Mai	Jun	Jul	Ago	Total
AIH bloqueadas no filtro de Sobrepostas no Movimento	2.206	2.129	2.109	1.777	8.221
AIH bloqueadas no filtro de Sobrepostas no Estado	01	00	00	00	01
AIH bloqueadas no filtro de Solicitação de liberação	1.669	1.820	2.054	1.811	7.354
AIH bloqueadas no filtro de agravos de notificação	5.992	6.273	4.993	3.124	20.382
AIH bloqueadas no filtro de duplicidades de CNS	75	79	46	33	233
AIH bloqueadas no filtro de duplicidades de Sequenciais em Oncologia	12	04	00	04	20
AIH bloqueadas no filtro de duplicidades de Sequenciais em Ortopedia	00	00	00	00	00
AIH bloqueadas no filtro de duplicidades de Sequenciais em Neurocirurgia	04	00	00	00	04
AIH bloqueadas no filtro de duplicidades de nomes	00	00	02	00	02
AIH bloqueadas no filtro de sexo incompatível com procedimento	06	10	10	09	35
AIH para analisar auditorias programadas	4.228	3.566	2.966	2.323	13.083
Total 2º Quadrimestre	14.193	13.881	12.180	9.081	49.335

Fonte: SISAUD/Relatórios - Divisão de Auditoria do SUS

Secretaria Municipal da Saúde
CONSOLIDADO DA PRODUÇÃO – 2021

Quantidade de AIH apresentadas, por natureza da instituição

2021			
Competência	Natureza Pública	Natureza Privada	Total
1º Quadrimestre	80.742	26.054	106.796
2º Quadrimestre	68.741	26.818	95.559
3º Quadrimestre			
Total	149.483	52.872	202.355

Fonte: SIHD/Relatórios - Divisão de Auditoria do SUS

Valor (R\$) das AIH apresentadas por natureza da Instituição

2021			
Competência	Natureza Pública (R\$)	Natureza Privada (R\$)	Total (R\$)
1º Quadrimestre	79.371.685,67	56.475.900,27	135.847.585,94
2º Quadrimestre	196.255.403,20	63.697.275,22	259.952.678,42
3º Quadrimestre			
Total	275.627.088,87	120.173.175,49	395.800.264,36

Fonte: SISAUD/Relatórios - Divisão de Auditoria do SUS

Quantidade de AIH auditadas analiticamente

2021	
Competência	Quantidade de AIH auditadas
1º Quadrimestre	25.143
2º Quadrimestre	13.083
3º Quadrimestre	
Total	38.226

Fonte: SISAUD/Relatórios - Divisão de Auditoria do SUS

Quantidade de atividades por tipo

2021	
Tipo de atividade	Quantidade
Auditorias e Visitas Técnicas 1º Quadrimestre	129
Auditorias e Visitas Técnicas 2º Quadrimestre	149
Auditorias e Visitas Técnicas 3º Quadrimestre	
Total	278

Fonte: SISAUD/Relatórios - Divisão de Auditoria do SUS

Secretaria Municipal da Saúde

Quantidade de atividades por origem da demanda

2021				
Origem	Quantidade			
Período	1º Quad	2º Quad	3º Quad	Total
Interna – Programação de Auditoria do SUS	127	140		267
Interna – Outras estruturas da SMS	02	08		10
Demandas Externas	00	00		00
Total	129	148		277

Fonte: SISAUD/Relatórios - Divisão de Auditoria do SUS

Quantidade de atividades por finalidade

2021				
Finalidade	1º Quad	2º Quad	3º Quad	Total
Aferir in loco a realização e cobrança de procedimentos de oncologia	12	12		24
Aferir in loco a realização e cobrança de procedimentos hospitalares	112	133		245
Auditar analiticamente as AIH do SIHD	04	04		08
Total	128	149		277

Fonte: SISAUD/Relatórios - Divisão de Auditoria do SUS

Valor fiscalizado nas atividades de auditoria

2021		
Mês	Valor fiscalizado – R\$	Valor Glosado – R\$
1º Quadrimestre	146.763.680,46	1.508.406,74
2º. Quadrimestre	73.369.770,89	726.751,79
3º. Quadrimestre		
Total	220.133.451,35	2.235.158,53

Fonte: SISAUD/Relatórios – Divisão de Auditoria do SUS

Secretaria Municipal da Saúde

Quantidade de AIH analisadas por tipo de bloqueio

2021				
TIPO DE BLOQUEIO	1º Quad	2º Quad	3º Quad	Total
AIH bloqueadas no filtro de Sobrepostas no Movimento	9.287	8.221		17.508
AIH bloqueadas no filtro de Sobrepostas no Estado	00	01		01
AIH bloqueadas no filtro de Solicitação de liberação	5.565	7.354		12.919
AIH bloqueadas no filtro de agravos de notificação	12.310	20.382		32.692
AIH bloqueadas no filtro de duplicidades de CNS	163	233		396
AIH bloqueadas no filtro de duplicidades de Sequenciais em Oncologia	10	20		30
AIH bloqueadas no filtro de duplicidades de Sequenciais em Ortopedia	06	00		06
AIH bloqueadas no filtro de duplicidades de Sequenciais em Neurocirurgia	02	04		06
AIH bloqueadas no filtro de duplicidades de nomes	04	02		06
AIH bloqueadas no filtro de sexo incompatível com procedimento	29	35		64
AIH para analisar auditorias programadas	25.143	13.083		38.226
Total 1º Quadrimestre	52.519	49.335		101.854

Fonte: SISAUD/Relatórios – Divisão de Auditoria do SUS



Glossário

Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS): Termo empregado pelo art. 198, § 2º, da Constituição Federal, para indicar que o município deve empregar nessas ações um percentual mínimo das receitas de impostos e transferências. Esse percentual deve ser fixado em Lei Complementar e, como esse diploma legal ainda não foi editado, prevalece o percentual de 15% estabelecido pelo art. 77, III, do ADCT.

Administração Direta: Parte da Administração Pública que abrange organizações estatais desprovidas de personalidade jurídica própria, como secretarias, subprefeituras, tribunal de contas etc. Inclui também os fundos especiais geridos por órgão da Administração Direta.

Administração Indireta: Parte da Administração Pública que abrange organizações estatais que possuem personalidade jurídica de direito público ou privado, como fundação, autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista.

Arrecadação: Um dos estágios da receita. É o momento em que os contribuintes comparecem perante aos agentes arrecadadores a fim de liquidarem suas obrigações para com o estado.

Atividade: Tipo de ação que envolve um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, contribuindo para a manutenção da atuação governamental. Ver “ação”.

Autarquia: Pessoa jurídica de direito público, criada por lei específica, para exercer, descentralizadamente, atividades típicas do Estado.

Classificação da Despesa Pública: Agrupamento da despesa por categorias. Esse agrupamento é utilizado para facilitar e padronizar as informações que se deseja obter. Pela classificação é possível visualizar o orçamento por Poder, por função de governo, por subfunção, por programa e por categoria econômica.

Classificação da Receita Pública: Agrupamento da receita por categorias. Os modos de classificação podem variar conforme a necessidade e o interesse de quem os estabelece. A classificação básica é estabelecida por Portaria Interministerial baixada periodicamente pela STN e SOF por meio de um Manual de Receitas, cabendo a cada ente da Federação o seu detalhamento para atender às características locais.

Classificação Orçamentária: Organização do orçamento segundo critérios que possibilitam a compreensão geral das funções deste instrumento, propiciando informações para a administração, a gerência e a tomada de decisões. No modelo orçamentário brasileiro são observadas classificações para a despesa e para a receita. Da despesa, as principais são: classificação institucional, classificação funcional e programática, de natureza da despesa e por fonte de recursos; da receita, classificação por natureza de receita e por fonte de recursos.

Classificação por Categoria Econômica: Classificação das receitas e despesas em operações correntes ou de capital, objetivando propiciar elementos para uma avaliação do efeito econômico das transações do setor público.

Secretaria Municipal da Saúde

Cobertura Orçamentária: Dotação orçamentária para atender despesas autorizadas na lei orçamentária.

Contingenciamento: Procedimento empregado pela Administração Pública para assegurar o equilíbrio orçamentário, ou seja, assegurar o equilíbrio entre a execução das despesas e a disponibilidade efetiva de recursos.

Convênio: Instrumento utilizado para formalização do acordo de vontades entre entidades do setor público e, ocasionalmente, entre entidades do setor público e instituições do setor privado, com vistas à realização de programas de trabalho ou de eventos de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação.

Despesa Corrente: Categoria de classificação da despesa que se desdobra em despesa de custeio e transferência corrente; destina-se a promover a execução e a manutenção da ação governamental e não contribui diretamente para aumentar a capacidade produtiva da economia.

Despesa de Capital: Categoria de classificação da despesa que se desdobra em investimento, inversão financeira e transferência de capital; tem por propósito formar e/ou adquirir um bem de capital de modo a contribuir para o incremento da capacidade produtiva.

Despesa de Custeio: Aquela necessária à manutenção da ação governamental e à prestação de serviço público, tais como: pagamento de pessoal e de serviços de terceiros, compra de material de consumo e gasto com reforma e conservação de bens móveis e imóveis.

Despesa de Exercícios Anteriores – DEA: As relativas a exercícios encerrados, para as quais existia crédito próprio e dotação suficiente nos respectivos orçamentos, mas que não foram processadas na época devida.

Despesa Empenhada: Valor do orçamento público formalmente reservado (pela emissão do empenho) para compromissos assumidos com terceiros.

Despesa Executada: Como a realização da despesa pública observa três fases distintas (empenho, liquidação e pagamento), dependendo da análise que se faz, a despesa executada pode corresponder a qualquer um dos três agregados.

Dotação Atual: Valor inicial constante da lei orçamentária mais os valores suplementados menos as reduções realizadas.

Dotação Inicial: Valor inicial constante da lei orçamentária sancionada pelo Prefeito.

Dotação Orçamentária: É o valor monetário autorizado, consignado na lei do orçamento (LOA), para atender uma determinada programação orçamentária.

Secretaria Municipal da Saúde

Emenda: Meio através do qual os membros do Poder Legislativo (individualmente ou através de órgãos colegiados como Comissões ou Bancadas) atuam sobre o projeto de lei orçamentária anual apresentado pelo Poder Executivo, acrescentando, suprimindo ou modificando itens. As emendas ao projeto de lei orçamentária anual, como proposições legislativas que são, recebem detalhada regulamentação por parte dos regimentos internos das diferentes instituições legislativas e respectivas normas internas complementares que tratam do processo legislativo. A apresentação de emendas ao projeto de lei orçamentária é ocasião de especial relevância na atuação parlamentar, pois, por meio delas os representantes eleitos podem influir na alocação dos recursos públicos em função dos objetivos e compromissos políticos que orientam seu mandato de representação. Os diferentes aspectos da lei orçamentária anual podem ser objeto de emendas: Emendas à Receita (inclusão, exclusão ou modificação em rubrica ou valores da previsão de receita do projeto de lei orçamentária); Emendas à Despesa (inclusão, exclusão ou modificação em rubrica ou valores da autorização de despesas do projeto de lei orçamentária); e Emendas de Texto, relativas a modificações na parte inicial do projeto de lei que contém o texto da mesma (não incluindo portanto os quadros contendo a especificação de receitas e despesas que constituem o cerne da lei orçamentária). Todas as categorias de emendas são objeto de severas restrições quando ao seu conteúdo e objetivos, contidas no artigo 166 da Constituição Federal, nos artigos 12 a 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar Federal 101, de 04 de maio de 2000) e do artigo 33 da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964.

Estágios da Despesa: São as etapas ou operações que as entidades responsáveis pela despesa pública devem realizar ou percorrer para que a mesma seja realizada. Os estágios da despesa são: empenho, liquidação e pagamento.

Estágios da Receita: São as etapas ou operações que as entidades responsáveis pela receita pública devem realizar ou percorrer para que a mesma seja materializada. Os estágios da receita são: lançamento, arrecadação e recolhimento.

Execução Financeira: Utilização dos recursos financeiros visando atender à realização das competências atribuídas às unidades orçamentárias.

Execução Orçamentária da Despesa: Utilização dos créditos consignados no orçamento do ente público e nos créditos adicionais, visando à realização das missões atribuídas às unidades orçamentárias.

Exercício Financeiro: Período definido para fins de segregação e organização dos registros relativos à arrecadação de receitas, à execução de despesas e aos atos gerais de administração financeira e patrimonial da administração pública. No Brasil, o exercício financeiro tem duração de doze meses e coincide com o ano civil, conforme disposto no art. 34 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Fonte de Recursos: Classificação da receita segundo a destinação legal dos recursos arrecadados. As fontes de recursos constituem-se de determinados agrupamentos de naturezas de receitas, atendendo a uma determinada regra de destinação legal, e servem para indicar como são financiadas as despesas orçamentárias. Entende-se por fonte de recursos a origem ou a procedência dos recursos que devem ser gastos com uma determinada finalidade. É necessário, portanto, individualizar esses recursos de modo a evidenciar sua aplicação segundo a determinação legal. A classificação consiste na definição de um código específico para cada fonte.

Secretaria Municipal da Saúde

Fundo: No sentido orçamentário brasileiro, fundos são instrumentos orçamentários criados por lei para a vinculação de recursos ou conjunto de recursos destinados à implementação de programas, projetos ou atividades com objetivos devidamente caracterizados. A vinculação a um determinado fundo pode atingir apenas os recursos financeiros a serem aplicados ou também um determinado subconjunto do patrimônio (correspondendo, nesse caso, ao conceito contábil de fundo). As condições para a constituição de fundos estão fixadas em diversos incisos e parágrafos do artigo 167 da Constituição: obrigatoriedade de criação por lei e inclusão de todos os fundos no orçamento geral da União; proibição da vinculação de receitas de impostos a fundos; obediência às normas gerais fixadas em lei complementar (aplicáveis, atualmente, os arts. 71 a 74 da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964).

Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU: Tributo de competência municipal cobrado anualmente em relação aos imóveis urbanos (prédios e terrenos) localizados no município. Seu valor é apurado pela aplicação da alíquota correspondente sobre o valor venal do imóvel.

Imposto Sobre a Transmissão Inter-Vivos de Bens Imóveis – ITBI: Tributo de competência municipal incidente sobre as transmissões efetuadas por pessoas vivas, de bens imóveis, a qualquer título, por ato oneroso, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição.

Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS: Tributo de competência municipal incidente sobre as atividades de prestação de serviços realizadas por empresas e pessoas físicas sem vínculo empregatício. Excluem-se as atividades sobre as quais incide o ICMS, de competência estadual.

Investimentos: Grupo de natureza da despesa identificado pelo dígito “4”, que agrupa toda e qualquer despesa relacionada com planejamento e execução de obras, aquisição de imóveis e instalações, equipamentos e material permanente, constituição ou aumento de capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro.

Juros e Encargos da Dívida: Grupo de natureza de despesa, identificado pelo dígito “2”, no qual são orçados o adimplemento de juros, comissões, dívida pública mobiliária e despesas com operações de crédito internas e externas.

Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO): Uma das três leis em sentido formal (lei ordinária) que compõem o sistema orçamentário brasileiro. A LDO, de duração de um ano, define as metas e prioridades do governo para o ano seguinte, orienta a elaboração da lei orçamentária anual, dispõe sobre alterações na legislação tributária e estabelece a política das agências de desenvolvimento (Banco do Nordeste, Banco do Brasil, BNDES, Banco da Amazônia, etc.). Também fixa limites para os orçamentos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público e dispõe sobre os gastos com pessoal. A Lei de Responsabilidade Fiscal remeteu à LDO diversos outros temas, como política fiscal, contingenciamento dos gastos, transferências de recursos para entidades públicas e privadas e política monetária.

Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF): Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. É a Lei Complementar nº 101/2000.

Lei Orçamentária Anual (LOA): Uma das três leis em sentido formal (lei ordinária) que compõem o sistema orçamentário brasileiro. É a lei orçamentária propriamente dita, possuindo vigência para um ano. Ela estima a receita e fixa a despesa do exercício financeiro, ou seja, aponta como o governo vai arrecadar e como irá gastar os recursos públicos. Para maiores detalhes, ver “Classificação por Esfera Orçamentária”.

Secretaria Municipal da Saúde

Liquidação: Um dos estágios da despesa. É a verificação do implemento de condição, ou seja, verificação objetiva do cumprimento contratual.

Município: Um dos entes da Federação. Não possui soberania, mas possui autonomia nos termos da Constituição. É regido por Lei Orgânica, aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal.

Nota de Empenho (NE): Documento que deve ser extraído para cada empenho. Deve indicar o nome do credor, a representação e a importância da despesa, bem como a dedução desta do saldo da dotação própria.

Operação de Crédito: Obtenção de créditos mediante empréstimos pela administração pública, com o objetivo de cobrir os déficits orçamentários e financiar seus projetos e atividades.

Orçamento Público: Instrumento pelo qual o governo estima as receitas e fixa as despesas para poder controlar as finanças públicas e executar as ações governamentais, ensejando o objetivo estatal do bem comum. No modelo brasileiro, compreende a elaboração e execução de três leis – o plano plurianual (PPA), as diretrizes orçamentárias (LDO) e o orçamento anual (LOA) – que, em conjunto, materializam o planejamento e a execução das políticas públicas de cada ente da Federação.

Ordenador da Despesa: Autoridade de cujos atos resultem emissão de empenho, autorização de pagamento, suprimento ou dispêndio de recursos, pelos quais responde.

Pagamento: Um dos estágios da despesa. É a emissão do cheque ou ordem bancária em favor do credor. A classificação da despesa em estágios tem natureza teórica ou doutrinária (ainda que as etapas de empenho, liquidação e pagamento estejam bem individualizadas na Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964), o que faz com que existam ligeiras diferenças na literatura técnica sobre detalhes em sua conceituação ou aplicação.

Pessoal e Encargos Sociais: Grupo de natureza da despesa (GND) 1 que inclui a despesa com o pagamento pelo efetivo serviço exercido de cargo/emprego ou função no setor público, quer civil ou militar, ativo ou inativo, bem como as obrigações de responsabilidade do empregador. Ver “Grupo de Natureza da Despesa”.

Plano Plurianual: Uma das três leis em sentido formal (lei ordinária) que compõem o sistema orçamentário brasileiro. Estabelece de forma regionalizada as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada. Vigora por quatro anos, sendo elaborado no primeiro ano do mandato executivo, abrangendo até o primeiro ano do mandato seguinte. Está previsto no art. 165 da Constituição Federal.

Prestação de Contas: Demonstrativo organizado pelo próprio agente, entidade ou pessoa designada, acompanhado ou não de documentos comprobatórios das operações de receita e despesa, os quais, se aprovados pelo Ordenador de Despesa, integrarão a sua tomada de contas; é também o levantamento organizado pelo Serviço de Contabilidade das entidades da Administração Indireta, inclusive das Fundações instituídas pelo Poder Público.

Previsão da Receita: Cálculo provável do comportamento da receita, mediante a utilização de métodos estatísticos, observações diretas e outros instrumentos. Etapa importante, pois a lei orçamentária “estima a receita e fixa a despesa”.

Secretaria Municipal da Saúde

Princípios Orçamentários: Regras que cercam a instituição orçamentária, visando a dar-lhe consistência, principalmente no que se refere ao controle pelo Poder Legislativo. Os principais são: universalidade, unidade, exclusividade, especificação, periodicidade, autorização prévia, exatidão, clareza, publicidade, equilíbrio e programação.

Processo Orçamentário: Compreende as fases de elaboração e execução das leis orçamentárias – PPA, LDO e LOA. Cada uma dessas leis tem ritos próprios de elaboração, aprovação e implementação pelos Poderes Legislativo e Executivo.

Projeto: Tipo de ação destinada a alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental. Ver “ação”.

Proposta Orçamentária: No caso do Município, materializa o Projeto de Lei Orçamentária encaminhado pelo Poder Executivo à Câmara de Vereadores. É o projeto de lei elaborado pelo Poder Executivo, contendo a estimativa da receita e a fixação da despesa para determinado exercício financeiro. Depois de aprovada pelo Legislativo, sancionada pelo Prefeito e publicada na imprensa oficial, converte-se na lei orçamentária anual. Nos termos da Constituição, a proposta orçamentária deve observar as disposições do Plano Plurianual em vigor, bem como da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício.

Receita Corrente: Receitas que aumentam somente o patrimônio não duradouro do Estado, isto é, que se esgotam dentro do período compreendido pela lei orçamentária anual. São compostas por receitas derivadas e originárias, das quais não resulta contraprestação financeira por parte do Estado. Corrente significa transferência de recursos do setor privado para o setor público. Compreende os seguintes grupos: tributária, de contribuição, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços, transferências correntes, outras receitas correntes.

Receita de Capital: Receitas que alteram o patrimônio duradouro do Estado. Compreende as receitas provenientes da conversão de bens e direitos em espécie, do recebimento de amortizações de empréstimos anteriormente concedidos, da contratação de empréstimos a longo prazo, de transferências recebidas de outras pessoas de direito público ou privado para custear despesas de capital.

Receita Orçamentária: Valores constantes do orçamento, caracterizada conforme o art. 11 da Lei nº 4.320/64.

Receita Própria: As arrecadações pelas entidades públicas em razão de sua atuação econômica no mercado. Estas receitas são aplicadas pelas próprias unidades geradoras, em geral autarquias, fundações, fundos e empresas públicas.

Secretaria Municipal da Saúde

Receita Pública: A Receita Pública pode ser vista sob diversas óticas: 1 - a entrada de recursos que, integrando-se ao patrimônio público sem quaisquer reservas, condições ou correspondência no passivo, vem acrescer o seu vulto como elemento novo e positivo; 2 - toda arrecadação de rendas autorizadas pela Constituição Federal, leis e títulos creditórios à Fazenda Pública; 3 - conjunto de meios financeiros que o Estado e as outras pessoas de direito público auferem, livremente e sem reflexo no seu passivo e podem dispor para custear a produção de seus serviços e executar as tarefas políticas dominantes em cada comunidade. Em sentido restrito, receitas são as entradas que se incorporam ao patrimônio como elemento novo e positivo; em sentido lato, são todas quantias recebidas pelos cofres públicos, denominando-se entradas ou ingressos. Nem todo ingresso constitui receita pública; o produto de uma operação de crédito, por exemplo, é um ingresso, mas não é receita nessa concepção porque, em /contraposição à entrada de recursos financeiros, cria uma obrigação no passivo da entidade pública; 4 - no sentido de caixa ou contabilístico, são receitas públicas todas e quaisquer entradas de fundos nos cofres do Estado, independentemente de sua origem ou fim; 5 - no sentido financeiro ou próprio, são receitas públicas apenas as entradas de fundos nos cofres do Estado que representem um aumento do seu patrimônio. Outra maneira de definir a receita pública é considerar que, para que exista uma receita pública, é necessário que a soma de dinheiro arrecadada seja efetivamente disponível, isto é, que possa, em qualquer momento, ser objeto dentro das regras políticas e jurídicas de gestão financeira, de uma alocação e cobertura de despesas públicas. 6 - de acordo com o Regulamento Geral de Contabilidade Pública, a receita pública engloba todos os créditos de qualquer natureza que o governo tem direito de arrecadar em virtude de leis gerais e especiais, de contratos e quaisquer títulos de que derivem direitos a favor do Estado.

Receita Tributária: Envolve os tributos na conceituação da legislação tributária: impostos, taxas e contribuição de melhoria.

Receita Vinculada: Receita arrecadada com destinação específica estabelecida na Constituição Federal e demais legislações, destinada a determinado setor, órgão ou programa. Se a receita vinculada é instrumento de garantia de recursos à execução do planejamento, por outro lado, o aumento da vinculação introduz maior rigidez na programação orçamentária.

Regime de Caixa: Modalidade contábil que considera para a apuração do resultado do exercício apenas os pagamentos e recebimentos ocorridos efetivamente no exercício.

Regime de Competência: Modalidade contábil que considera os fatos contábeis ocorridos durante o exercício para fins de apuração dos seus resultados.

Regime Misto: Modalidade conceitual estabelecida pela Lei nº 4.320/64, art. 35, Título IV - Do Exercício Financeiro, que determina para a execução orçamentária, a combinação do Regime de Caixa para as receitas, ou seja, a realização dessas após o efetivo impacto nas disponibilidades financeiras e o Regime de Competência para a despesa, reconhecendo-a em momentos diferentes, quais sejam: 1- a obrigação em potencial ocorre no primeiro estágio, denominado empenho da despesa e que resulta em potencialidade passiva; 2- a obrigação real que ocorre no segundo estágio consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os documentos hábeis que sustentam a efetiva realização da despesa correspondente (fase da liquidação).

Secretaria Municipal da Saúde

Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO): Documento que a Prefeitura é obrigada a publicar no mês seguinte ao final de cada bimestre, compreendendo os Poderes Executivo e Legislativo, contendo os dados do balanço orçamentário, das receitas realizadas e por realizar, atualizadas, das despesas autorizadas, realizadas e saldos; apuração da receita corrente líquida e das receitas previdenciárias, os resultados nominal e primário; as despesas com juros da dívida pública. O relatório do último bimestre deve apresentar, ainda, dados do cumprimento do art. 167, III, da Constituição, das projeções atuariais do regime próprio de previdência social e da aplicação das receitas de alienação de ativos. (LRF, arts. 52 e 53).

Restos a Pagar: Despesas empenhadas, mas não pagas, até 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas (despesas empenhadas e liquidadas) das não processadas (despesas apenas empenhadas e aguardando a liquidação).

Sistema Único de Saúde – SUS: Conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da administração direta, indireta e fundacional, destinados ao público em geral.

Suplementação: Aumento de recursos por crédito adicional, para reforçar as dotações que já constam na lei orçamentária.

Tributo: Receita instituída pela União, pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, compreendendo os impostos, as taxas e contribuições de melhoria, nos termos da Constituição e das leis vigentes em matéria financeira. A Constituição de 1988 colocou as contribuições sob o mesmo regime constitucional dos tributos em geral, às quais são aplicadas as normas gerais de legislação tributária e os princípios da legalidade, irretroatividade e anterioridade.

Unidade Orçamentária: Entidade da administração direta, inclusive fundo ou órgão autônomo, da administração indireta (autarquia, fundação ou empresa estatal) em cujo nome a lei orçamentária ou crédito adicional consigna, expressamente, dotações com vistas à sua manutenção e à realização de um determinado programa de trabalho. Constituem desdobramentos dos órgãos orçamentários.

Fonte Glossário (parte das definições, maio de 2018):

<http://orcamento.sf.prefeitura.sp.gov.br/orcamento/uploads/glossario.pdf>